



2.2.5 • A comunicação mundializada • Sistemas de representação na actualidade

As representações mediáticas do (pós)colonialismo português na imprensa popular

Bruno Carriço Reis

UMA INTERSECÇÃO POSSÍVEL entre os campos das Ciências da Comunicação e das Relações Internacionais desafia ao estudo dos processos de formação das agendas internacionais na opinião pública (Boniface, 1997: 234-239).

Os meios de comunicação ao produzirem relatos, de natureza informativa ou ficcional, propõem pautas interpretativas que moldam nas audiências uma dada 'imagem' dos países envolvidos. Estes processos conformam representações sociais (Moscovici, 1979), na medida em que "os meios de comunicação de massas têm uma capacidade conformadora para estabelecerem crenças, sentimentos comuns e percepções fortes nos públicos (com particular proeminência no tocante a actores, grupos/comunidades ou identidades)" (Reis, no prelo).

Tomando como referência o caso português, o imaginário colectivo tem muito presente uma relação com o mundo desde as afinidades historicamente construídas. De tal forma que "é hoje um lugar-comum afirmar-se que, em Portugal, as manifestações da identidade nacional são geralmente associadas à memória do império" (Curto, 2013: 145). Cobra por isso particular sentido, indagarmos no espaço mediático português, acerca das representações das nações que estiveram directamente relacionados com o processo colonial.

Tal facto ganha especial interesse, se tivermos em conta que em 2015 passaram quarenta anos dos processos de independência de um número significativo de países que conformaram o império colonial e que conquistaram as suas autonomias por via de uma guerra colonial que vigorou entre 1961 e 1974 (Rosas e Brito, 1996). As datas comemorativas, como atestam estudos prévios (Reis, 2009; Zelizer, 2008; Edy, 2006; Peri, 1999; Lang e Lang, 1989) são momentos particularmente efervescentes para os meios de comunicação reelaborarem narrativas acerca de acontecimentos históricos determinantes, de tal forma que "o jornalismo – de papel, de rádio, até de televisão e *online* – é, seja como for, responsável pela difusão da memória histórica, sobretudo por altura da celebração de centenários ou outros espaços cronológicos de comemoração" (Torgal, 2015: 153).

Num estudo prévio (Reis e Marôpo, 2013), realizamos uma revisão exaustiva da literatura que analisava a cobertura mediática nacional (de imprensa e televisiva) das comunidades de língua oficial portuguesa. Percebemos distintas formulações informativas em períodos de tempo diferenciados. Se nos anos oitenta as referências eram residuais no que concerne a estas comunidades, na década seguinte percebemos um aumento exponencial de notícias, pese a uma forte estigmatização no tratamento jornalístico.

Desde a primeira metade da década do século XXI, presenciámos uma paulatina transformação do discurso em relação a estas identidades e registámos um incremento de discursos críticos que abordavam as questões de estigmatização racial e social.

Analizam-se agora as representações mediáticas propostas pela imprensa escrita, neste tipo de enfoque jornalístico, propiciando um enquadramento mais reflexivo dos fenómenos. Para o efeito, tomamos como objecto de análise dois diários de cariz popular, isto é, aqueles que são consumidos de forma mais expressiva pela população portuguesa. O *Correio da Manhã* (CM) e o *Jornal de Notícias* (JN) foram, segundo o anuário de Média e Publicidade da *Marktest*, as publicações que em 2004-2014 registaram uma maior audiência média; o CM com 14,4% seguido do JN com 11,5%.

“
Existem contingências políticas actuais que condicionam os discursos jornalísticos produzidos.
”

Assumindo que estes jornais, pela sua elevada visibilidade conseguem ter maior capacidade de agendamento temático, seriam pois um óptimo barómetro para a aferição mediática de como se (re)constrói esse passado colonialista. Para o efeito, a análise de conteúdo metodológica passou pela selecção de todas as capas de 2015, considerando que a transcendência de um assunto se assume na sua montra mediática, codificando títulos e subtítulos que fizessem menção directa aos países com vínculo histórico ao colonialismo português.

Justificamos tal opção, considerando que estes quarenta anos também serviram para se reconfigurarem as relações entre os países numa "comunidade de significados partilhados" (Maltez, 1991), que pragmaticamente acabaram por de-

sembocar num sentido de comunidade estratégico, em que todos os membros "permanecem unidos apesar de todas as separações" (Tönnies, 1995: 515).

A comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP), oficializada em 1996, seria a expressão política de um mecanismo de cooperação capaz de constituir um posicionamento estratégico diante de outros blocos internacionais (Chacon, 2002). Cobra por isso particular interesse perceber no discurso público a forma como se configuram estas relações, sabendo que existem contingências políticas actuais que condicionam os discursos jornalísticos produzidos.

Pautas do discurso mediático na representação do passado

O relato jornalístico, como enunciador do presente, opera simultaneamente sobre o passado quando existem vínculos socio-históricos pré-existent, podendo este discurso ter a capacidade de articular uma "nova memória" (Hoskins, 2001).

Ao analisarmos como o CM e JN representam as identidades dos países com uma dada relação histórica com Portugal, estamos a produzir um entendimento actualizado de um nexos com esse passado e como esses enunciados se vertem nos acontecimentos políticos presentes (Gamson, 1992).

Os meios de comunicação têm por isso uma forte capacidade de influenciar a opinião pública e desenhar os contornos do debate público "confundindo o mundo com o seu próprio discurso" (Breton, 2006: 11).

O jornalista integrado numa actividade colectiva assume o «rol» que representa a ordem institucional onde está integrado (Berger e Luckmann, 2003). As suas rotinas para transformar o passado num domínio comum seguem recorrentemente as seguintes pautas (Lang e Lang, 1989; Edy, 2006): i) obedecem a agendas comemorativas; enfatizam as datas de nascimento ou morte das figuras de maior relevância e dos acontecimentos mais marcantes e consensuais; assim, frequentemente vivem de invocações do passado desde a óptica das comemorações e dos aniversários (Zelizer, 2008: 83-84; Peri, 1999), o que acaba

PROCESSOS DE INDEPENDÊNCIA

Angola	11 de Novembro de 1975
Cabo Verde	5 de Julho de 1975
Moçambique	25 de Junho de 1975
São Tomé e Príncipe	12 de Julho de 1975
Timor Leste	28 de Novembro de 1975
Brasil	A independência vigora desde 7 de Setembro de 1822.
Goa, Damão e Diu	Invadidos pela Índia em 1961 somente em 1974 Portugal reconheceu a sua incorporação no território Indiano.
Macau	Incorpora o território da República Popular da China, como região administrativa especial, desde 20 de Dezembro de 1999.

PRINCIPAIS EVIDÊNCIAS EXTRAÍDAS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS 728 EDIÇÕES CONSULTADAS DO CM E DO JN

a) Regista-se um total de oitenta e uma chamadas de capa com alusão directa aos países com vínculo histórico com Portugal. Apenas duas dessas notícias fazem referência ao passado colonial. O CM anunciou durante o mês de Maio o lançamento de uma colecção acerca da descolonização, reconhece o interesse público da temática, ignora-o do ponto de vista jornalístico. Já o JN apenas titula no dia 15 de Novembro; “50 anos depois, estivemos com a menina que os soldados portugueses encontraram no mato angolano”, propondo um enquadramento de corte deliberadamente emocional. Os dois periódicos parecem apontar na mesma direcção, um total alheamento do sensível tema colonial, evitando posicionamentos incómodos para accionistas e para as sensibilidades heterógenas das audiências.

b) Setenta e três dos destaques referenciam directamente Angola e Brasil, evidenciando linhas editoriais que hierarquizam os países em função de hegemónias económico-políticas. Concluímos de igual forma, que o interesse jornalístico por esses países opera na relação directa com a agenda portuguesa (apenas quatro notícias não estabelecem essa correlação). As temáticas económicas, judiciais e políticas assumem protagonismo na cobertura mediática, conformando uma tríade que reiterativamente propõe representações de carácter negativo, que podemos resumir nas seguintes tipologias informativas: i) situações de natureza violenta/criminal; ii) preocupação com a estabilidade económica dos países; iii) relações ilícitas entre actores políticos/económicos portugueses e elites locais; iv) corrupção e relatos de natureza judicial.

Em síntese, as notícias analisadas propõem uma leitura ‘presentista’ da relação de Portugal com os países com os quais mantém um vínculo histórico, servindo essas coberturas informativas de contornos espectaculares, não para produzirem entendimento dos contextos locais, mas para fomentarem posicionamentos ideológicos das publicações analisadas em relação a actores/instituições portuguesas.

Jornais / Países	Angola	Brasil	Cabo Verde	Goa	Moçambique	Total por jornal
Correio da Manhã	23	30	6	1	1	61
Jornal de Notícias	8	12	-	-	-	20
Total	31	42	6	1	1	81

Notícias por países no Correio da Manhã e Jornal de Notícias (2015)

Fonte: Elaboração própria

Categorização / Países	CM Angola	JN Angola	CM Brasil	JN Brasil
Criminal	4	1	4	-
Económico	12	5	6	2
Judicial	8	1	17	2
Entretenimento	5	-	10	7
Político	10	2	11	2

Notícias categorizadas por temáticas abordadas no Correio da Manhã e Jornal de Notícias (2015)

Fonte: Elaboração própria

por ditar um discurso jornalístico reiterativo, previsível; ii) propõem analogias históricas; associam o presente com outros acontecimentos do passado. Usam este mecanismo desde uma lógica comparativa, produzindo explicações resumidas e propondo ‘lições’ para o presente. O passado sofre um processo de adaptação, adequando-se aos discursos dominantes para não ser rejeitado. É aqui que o discurso jornalístico joga um papel importante ao emoldurar a memória colectiva dentro de uma recuperação selectiva do passado. Este facto foi denominado como ‘presentismo’ por Barry Schwartz (1982), pois a “lembrança comum está influenciada e modelada pelas instituições com poder económico, político e social do presente, e é através dos poderosos meios de comunicação sociais como estas instituições contribuem a popularizar certas imagens do passado em detrimento de outras” (Aguilar, 1996: 42). Isto significa que o passado é refém do presente quando assistimos a sobreposição da agenda política com a mediática, ficando as leituras históricas reféns dos interesses actuais em particular

se a invocação estiver embebida de traumas e ressentimentos (Mudrovic, 2005); iii) produzem relatos parciais; recuperam o passado desde uma perspectiva parcelar, o que legitima junto com a analogia uma sensação de ‘objectividade’. Esta fragmentação do relato possibilita que o lugar da História seja tomado por estórias e histórias, primando o enfoque descontextualizado e ligeiro (Sarlo, 2003). Os jornalistas, ante a controvérsia,

Referências

- Aguilar, P. (1996), *Memoria y olvido de la guerra civil española*, Madrid, Alianza Editorial.
- Bonifácio, P. (1997), *Dicionário das relações internacionais*. Lisboa, Plátano.
- Breton, D. (2006), *El silencio: aproximaciones*. Madrid, Sequitur.
- Chacon, V. (2002), *O futuro político da lusofonia*. Lisboa, Verbo.
- Curran, J. (2005), *Medios de comunicación y Poder*. Barcelona, Hacer
- Curto, D. (2013), *Para que serve a história?* Lisboa, Tinta-da-china.
- Edy, J. (2006), *Troubled pasts: news and the collective memory of social unrest*. Philadelphia, Temple University Press.
- Gamson, W. (1992), *Talking Politics*. Cambridge, University Press.
- Hoskins, A. (2001), New memory: mediating history. *The Historical Journal of Film, Radio and Television*, 21 (4), pp. 191 - 211.
- Lang, K. e Lang, G. (1989), Collective memory and the news. *Communication*, 11, pp. 123-139.
- Maltez, J. (1991), Sobre a Estratégia Cultural Portuguesa. Elementos para uma reflexão. *Boletim da AICP*, 18, pp. 119-235.
- Moscovici, S. (1979), *El Psicoanálisis, su imagen y su público*. Buenos Aires, Huemul.
- Mudrovic, M. (2005), *Historia, narración y memoria*. Madrid, Akal.

estabelecem o debate dentro dos marcos da ordem social estabelecida (Curran, 2005). Como concluem Lang e Lang (1989), as referências informativas ao passado incluem uma actualização dos feitos para aproximá-los das audiências, o que leva a uma acentuada descontextualização e uma perda de referentes históricos. Por isso o tom narrativo do exercício jornalístico na invocação do passado obedece de forma reiterada a lógicas recorrentemente simplistas, por via de exercícios de mitificação de actos e personagens (Schudson, 2004). ■

- Peri, Y. (1999), The media and collective memory of Yitzhak Rabin's Remembrance. *Journal of Communications*, 49 (3), pp. 106-124.
- Reis, B. C. (no prelo), O conteúdo em análise; teoria e práticas da análise de conteúdo. Em J. Feijó e J. Mosca (Eds.). *Metodologias de investigação*. Lisboa, Editora Escolar.
- Reis, B. C. (2009), *De la dictadura a la democracia; recuerdos y olvidos de la transición política española. Medios de comunicación y reconstrucción de la(s) memoria(s) colectiva(s) en España*. Dissertação de doutoramento não publicada, Universidad Rey Juan Carlos de Madrid e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Reis, B. C. e Marôpo, L. (2013), Media and identity: africaness in Portugal. *Index: Comunicação*, [AfriCom], pp. 195-210, disponível em https://www.academia.edu/8189106/MEDIA_AND_IDENTITY_AFRICANNESS_IN_PORTUGAL.
- Rosas, F. e Brito, J. (1996), *Dicionário de história do Estado Novo* (Vol I). Venda Nova, Bertrand.
- Sarlo, B. (2003), *Tiempo presente*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno.
- Schudson, M. (1992), *Watergate in american memory*. New York, Basic Books.
- Tönnies, F. (1995), Comunidade e sociedade. Em M. B. da Cruz (Org.), *Teorias Sociológicas. Os fundadores e os clássicos (antologia de textos)* (pp. 511-518). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Torgal, L. (2015), *História: que história?* Lisboa, Temas e Debates / Circulo de Leitores.
- Zelizer, B. (2008), Why memory's work on journalism does not reflect journalism's work on memory. *Memory Studies*, 1 (1), pp. 79- 87.